

CS Brasil Frotas Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2018 e relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	41

CS Brasil Frotas Ltda.
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u> (Não auditado)		<u>Nota</u>	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u> (Não auditado)
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.206	14.031	Fornecedores	9	90.642	4.223
Contas a receber	5	86.405	48.738	Arrendamentos financeiros a pagar	10	25.985	24.032
Tributos a recuperar		449	71	Obrigações trabalhistas		1.008	920
				Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.025	436
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	6	55.879	3.157	Tributos a recolher		1.082	292
Outros créditos	7	7.073	151	Juros sobre capital próprio a pagar	12	2.348	-
		169.012	66.148	Partes relacionadas	12	3.749	2.736
				Outras contas a pagar		818	552
Não circulante				Adiantamentos de clientes		10.238	-
Realizável a longo prazo						137.895	33.191
Contas a receber	5	7.762	-	Não circulante			
Depósitos judiciais	11	504	504	Arrendamentos financeiros a pagar	10	44.854	597
Outros créditos	7	20.821	14	Provisão para demandas judiciais e administrativas	11	584	584
		29.087	518	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	11.559	15.390
				Outras contas a pagar		-	999
Imobilizado	8	319.542	220.416			56.997	17.570
		348.629	220.934	Total do passivo		194.892	50.761
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.1	314.110	232.518
				Lucros acumulados		8.639	3.803
				Total do patrimônio líquido		322.749	236.321
Total do ativo		517.641	287.082	Total do passivo e patrimônio líquido		517.641	287.082

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentado. Na nota explicativa 2.13 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Frotas Ltda.**Demonstrações de resultados****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u> (Não auditado)
Receita líquida de locação e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	15	159.259	8.653
Custo de locação	16	(83.544)	(2.305)
Custo de venda de ativos desmobilizados	16	(40.214)	-
Total do custo de locação e de venda de ativos desmobilizados		(123.758)	(2.305)
Lucro bruto		35.501	6.348
Despesas administrativas	16	(3.148)	(224)
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	16	(157)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	441	(142)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		32.637	5.982
Receitas financeiras	17	403	24
Despesas financeiras	17	(2.481)	(262)
Resultado financeiro líquido		(2.078)	(238)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		30.559	5.744
Imposto de renda e contribuição social – corrente	13.2	(11.440)	(375)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	13.2	3.831	(1.566)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(7.609)	(1.941)
Lucro líquido do exercício / período		22.950	3.803

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.13 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Frotas Ltda.**Demonstrações de resultados abrangentes****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**Em milhares de Reais

	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u> (Não auditado)
Lucro líquido do exercício / período	22.950	3.803
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício / período	<u>22.950</u>	<u>3.803</u>

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultado abrangente para o período findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.13 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Frotas Ltda.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido total</u>
Saldos em 30 de março de 2017 (não auditado)		-	-	-
Aumento de capital via cisão	1.1	232.518	-	232.518
Lucro líquido do período		-	3.803	3.803
Saldos em 31 de dezembro de 2017⁽¹⁾ (não auditado)	14.1	232.518	3.803	236.321
Aumento de capital	14.1	81.592	-	81.592
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	14.2	-	(18.114)	(18.114)
Lucro líquido do exercício		-	22.950	22.950
Saldos em 31 de dezembro de 2018⁽¹⁾	14.1	314.110	8.639	322.749

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.13 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Frotas Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.559	5.744
Ajuste para:		
Depreciação (nota 8)	54.501	1.844
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 16)	40.214	-
Créditos de impostos extemporâneos (nota 16)	(13)	-
Provisão para perdas no valor recuperável de ativos, contingências e outras perdas	170	-
Baixa de outros ativos	1.881	2.044
Juros sobre arrendamentos financeiros	1.515	262
	<u>128.827</u>	<u>9.894</u>
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(2.848)	(21.060)
Tributos a recuperar	(365)	(71)
Fornecedores	4.166	(8.023)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	878	1.212
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	10.495	20.169
	<u>12.326</u>	<u>(7.773)</u>
Variações no capital circulante líquido operacional		
Demandas judiciais e administrativas pagas	(13)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.851)	-
Juros pagos sobre arrendamentos financeiros	(512)	-
Compra de ativo imobilizado operacional (nota 19)	(84.656)	(155)
	<u>46.121</u>	<u>1.966</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido decorrente de cisão parcial (nota 1.1)	-	15.000
Amortização de arrendamentos financeiros (nota 10)	(25.180)	(2.935)
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio pagos	(15.766)	-
	<u>(40.946)</u>	<u>12.065</u>
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		
	<u>5.175</u>	<u>14.031</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	<u>5.175</u>	<u>14.031</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício / período	14.031	-
No final do exercício / período	19.206	14.031
	<u>5.175</u>	<u>14.031</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	<u>5.175</u>	<u>14.031</u>
Principais transações que não afetaram o caixa registradas no balanço		
Captação de arrendamentos financeiros para aquisição de imobilizado	(70.387)	-

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo rerepresentada. Na nota explicativa 2.13 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A CS Brasil Frotas Ltda. ("Empresa") é uma empresa limitada controlada direta da JSL S.A., com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista.

A Empresa foi constituída pela controladora JSL S.A. ("JSL") em 30 de março de 2017, e iniciou suas atividades por meio da Cisão da CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil") ocorrida em 22 de novembro de 2017 divulgada na nota explicativa 1.1 (a). O objetivo de segregar as atividades entre a CS Brasil e a Empresa é possibilitar uma maior especialização de cada uma das empresas, com os benefícios daí decorrentes no que concerne a melhoria de gestão e controle das operações, dos ativos e fluxos de caixa de cada uma das áreas.

1.1 Movimentações societárias

Movimentações ocorridas durante o período de 2017

a) Incorporação do acervo líquido cindido da CS Brasil

Por meio de Instrumento particular de alteração contratual de 28 de novembro de 2017, foi aprovada a cisão parcial da CS Brasil. A parcela cindida, no montante de R\$ 232.518 foi transferida para a Empresa.

O valor patrimonial do acervo líquido contábil da CS Brasil, para fins de cisão parcial para Empresa, foi avaliado por empresa especializada em 22 de novembro de 2017.

Segue abaixo abertura do acervo cindido final:

	<u>Balanço cindido (data base 22/11/2017)</u>
Ativo	
Circulante e não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	15.000
Contas a receber	28.912
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	3.157
Imobilizado	224.149
Demais ativos	16.473
Total dos ativos	<u>287.691</u>
Passivo	
Circulante e não circulante	
Fornecedores	12.246
Arrendamentos financeiros a pagar	27.302
Provisão para demandas judiciais e administrativas	584
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.315
Demais passivos	2.726
Total dos passivos	<u>55.173</u>
Acervo líquido cindido	<u>232.518</u>

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de junho de 2019. Após a sua emissão, somente os sócios quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.13.

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros – Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Empresa classificou seus ativos financeiros, em uma das seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.1 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 3.3 (a) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Empresa avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Empresa concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos como não financeiros, veja nota explicativa 2.12.2.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.5 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação, a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.6 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação ponderadas pelo tempo de utilização dos bens e valor residual estimado na venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período findo em 31 de dezembro de 2017, estão demonstrados na nota explicativa 8.

A Empresa adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das respectivas taxas de depreciação.

2.7 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Empresa como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem a Empresa basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pela Empresa.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Empresa como arrendadora

Arrendamentos para os quais a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais a Empresa não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

2.9 Provisões

2.9.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10 Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.10.1 Receita de locação

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à prestação dos serviços.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecido é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1° de janeiro de 2018)

A receita operacional decorrente da locação de veículos é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

2.10.2 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos por meio de lojas e rede de concessionárias do Grupo JSL.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita de venda de veículos era reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo eram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorria na sua entrega.

2.11 Benefícios a empregados

2.11.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.12 Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.12.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento – nota explicativa 18;
- ii) Classificação de arrendamento mercantil – nota explicativa 10; e
- iii) Receita de contrato com cliente: se a receita de locação e ativos desmobilizados é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.10.

2.12.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Imobilizado (premissa em relação a definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 2.6 (c); e
- ii) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber – (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 3.3 (a).

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Empresa. Dessa forma, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção.

A nova norma permite dois métodos de transição:

- retrospectivo integral (para todos os períodos apresentados); e
- retrospectivo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados na data da adoção inicial.

2.13.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas.

A Empresa adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 não foram aplicados à informação comparativa.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A adoção deste pronunciamento não resultou em impactos e alterações no reconhecimento da receita.

2.13.2 CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em 1º de janeiro de 2018, a Empresa adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 Instrumentos Financeiros. Não houve efeito significativo decorrente da adoção do CPC 48, logo não foram efetuados ajustes contábeis. As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizadas de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

A adoção deste pronunciamento resultou nas seguintes principais mudanças das políticas contábeis:

- **Ativos financeiros:** A principal alteração introduzida na CPC 48 - Instrumentos Financeiros é que o critério de classificação dos ativos financeiros deixou de utilizar o conceito da intenção da Administração individualmente sobre cada ativo financeiro, passando a classificar os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio e o gerenciamento do seu portfólio, bem como a análise das características dos fluxos de caixa contratuais (“SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros”). Esses fatores determinam se os ativos financeiros são mensurados ao (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado (VJR) ou (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A nova norma também estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo por meio do resultado sob certas condições;
- **Passivos financeiros:** A classificação dos passivos financeiros permanece substancialmente inalterada de forma que continuam sendo mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Para os passivos mensurados a valor justo no reconhecimento inicial, a

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa reconhecerá a variação do risco de crédito atribuída ao seu risco próprio em outros resultados abrangentes, quando aplicável;

- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”): Os requerimentos introduzidos na CPC 48 - Instrumentos Financeiros referentes à redução ao valor recuperável são aplicáveis para ativos financeiros mensurados a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento e alguns itens *off-balance*, como, contratos de garantias financeiras. A principal alteração da CPC 48 - Instrumentos Financeiros é que a redução ao valor recuperável passou a ser mensurado pelo conceito de perda esperada de crédito (ECL) frente ao modelo de perdas incorridas (CPC 38).

Reclassificação dos Instrumentos Financeiros

A Empresa realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de outros passivos financeiros para os passivos financeiros da Empresa.

	Nota	Ao valor justo por meio de resultado – VJR	Empréstimos e recebíveis	Total ativos financeiros	Ao valor justo por meio de resultado – VJR	Custo amortizado	Total ativos financeiros
Saldo em 31/12/2017 (CPC 38) (não auditado)		13.906	49.028	62.934	-	-	-
Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado	(i)	(13.906)	-	(13.906)	13.906	-	13.906
Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado	(iii)	-	(49.028)	(49.028)	-	49.028	49.028
Saldo em 01/01/2018 (CPC 48)		-	-	-	13.906	49.028	62.934

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros ativos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, e conseqüentemente, mensurados à taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma CPC 48, e classificados como custo amortizado. Na data da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos financeiros da Empresa eram os seguintes:

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo Financeiro	Saldos em 31/12/2017 (não auditado)		Saldos em 01/01/2018	
	Mensuração	Valor Contábil	Mensuração	Valor Contábil
	CPC 38	CPC 38	CPC 48	CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa – CDB e Operações compromissadas	Valor justo por meio do resultado	13.906	Valor justo por meio do resultado	13.906
Caixa e equivalentes de caixa – caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	125	Custo amortizado	125
Contas a receber e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	48.903	Custo amortizado	48.903
Passivo Financeiro	Mensuração	Valor Contábil	Mensuração	Valor Contábil
	CPC 38	CPC 38	CPC 48	CPC 48
Fornecedores, arrendamentos financeiros a pagar, partes relacionadas e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	33.139	Custo amortizado	33.139

2.14 Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa no período de aplicação inicial.

2.14.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A Empresa deverá adotar o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Empresa avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- ✓ a Empresa não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- ✓ as novas políticas contábeis e os aspectos fiscais estão sujeitos a mudanças até que a Empresa apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

2.13.1.1 Arrendamentos em que a Empresa é arrendatária

A Empresa reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de lojas. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

a Empresa reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Empresa não espera efeitos significativos com a adoção do CPC 06 (R2).

2.14.2 Arrendamentos em que a Empresa é arrendadora

A Empresa avaliou seus arrendamentos na qualidade de arrendador e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras. Nossas análises continuarão considerando a distinção entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

2.14.3 Transição

A Empresa pretende adotar o critério de transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, ou seja, aplicando os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Em suas estimativas do impacto da adoção do CPC 06 (R2) a Empresa utilizou os seguintes expedientes práticos quando da mensuração inicial de seus arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional:

- ✓ aplicar taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios");
- ✓ revisar a redução ao valor recuperável do direito de uso com base em sua avaliação anterior sobre arrendamentos onerosos;
- ✓ não reconhecer o direito de uso para os contratos cujo prazo remanescente na data de adoção não supere 12 meses;
- ✓ excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- ✓ uso da percepção tardia (*hindsight*), tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- ✓ Os arrendamentos classificados anteriormente como arrendamentos financeiros serão reclassificados para a rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Adicionalmente, a Empresa adotará como política contábil as seguintes isenções de reconhecimento: arrendamentos cujo prazo seja inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente não supere R\$ 20 ("baixo valor"), entretanto, neste último caso se a Empresa subarrenda o ativo, ou espera subarrendar o ativo, o arrendamento principal não se qualifica como arrendamento de ativo de baixo valor.

2.15 Outras normas

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo CPC, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Empresa quando de sua adoção inicial:

- ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na CPC 48);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)); e

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

3. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa se restringem a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, fornecedores, arrendamentos financeiros a pagar, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas reconhecidos nas demonstrações financeiras. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

3.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2018			31/12/2017 (não auditado)		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	19.069	137	19.206	13.906	125	14.031
Contas a receber	-	94.167	94.167	-	48.738	48.738
Outros créditos	-	27.894	27.894	-	165	165
	19.069	122.198	141.267	13.906	49.028	62.934
Passivo, conforme balanço patrimonial	Custo amortizado		Total	Outros passivos financeiros		Total
Fornecedores	90.642	90.642	90.642	4.223	4.223	
Arrendamentos financeiros a pagar	70.839	70.839	70.839	24.629	24.629	
Partes relacionadas	3.749	3.749	3.749	2.736	2.736	
Outras contas a pagar	818	818	818	1.551	1.551	
	166.048	166.048	166.048	33.139	33.139	

3.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	19.206	14.031	19.206	14.031
Contas a receber	94.167	48.738	94.167	48.738
Outros créditos	27.894	165	27.894	165
Total	141.267	62.934	141.267	62.934
Passivos financeiros				
Fornecedores	90.642	4.223	90.642	4.223
Arrendamentos financeiros a pagar	70.839	24.629	70.937	24.660
Partes relacionadas	3.749	2.736	3.749	2.736
Outras contas a pagar	818	1.551	818	1.551
Total	166.048	33.139	166.146	33.170

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação;

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível, os certificados de depósitos bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2018		31/12/2017 (não auditado)	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa				
CDB – Certificado de depósitos bancários	1.516	1.516	4.539	4.539
Operações compromissadas	17.553	17.553	9.367	9.367
	19.069	19.069	13.906	13.906

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,41	6,44	6,55	7,36	8,08	8,86	9,57

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2018.

3.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Empresa, se referem a fornecedores, arrendamentos financeiros a pagar, partes relacionadas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Empresa possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Empresa está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro do Grupo JSL, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para a Empresa. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração do Grupo JSL para que as atividades, que resultem em riscos financeiros da Empresa, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração do Grupo JSL autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações. A Empresa não possui instrumentos derivativos contratados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

i. Contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3.1, a Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A Empresa utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pela Empresa, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a contas a receber está vencida e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

A Empresa baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação. A Empresa determina a baixa de um recebível após 12 ou 24 meses em atraso, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa da Empresa. Os recebíveis baixados pela Empresa continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao Contas a receber, veja nota explicativa 5.

ii. Equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração do Grupo JSL. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Empresa determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam o risco de taxa de juros para a Empresa.

Os instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e arrendamentos financeiros a pagar, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como a obrigações com arrendamentos financeiros a pagar, da Empresa, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 3.3.1.

c) Risco de liquidez

A empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Empresa é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Saldo contábil 31/12/2018	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	90.642	90.642	90.642	-	-
Arrendamentos financeiros a pagar	70.839	78.452	27.297	27.215	23.940
Partes relacionadas	3.749	3.749	3.749	-	-
Outras contas a pagar	818	818	818	-	-
Total	166.048	173.661	122.506	27.215	23.940

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras e arrendamentos financeiros a pagar.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Empresa.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50% -
Operações – Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	19.069	Aumento do CDI	6,55%	1.249	1.561	1.874
Arrendamentos financeiros a pagar	<u>(70.839)</u>	Aumento do CDI	9,48%	<u>(6.716)</u>	<u>(8.394)</u>	<u>(10.073)</u>
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	<u>(51.770)</u>			<u>(5.467)</u>	<u>(6.833)</u>	<u>(8.199)</u>

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	1	(Não auditado) 1
Bancos	136	124
Total de disponibilidades	137	125
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	1.516	4.539
Operações compromissadas	17.553	9.367
Total de aplicações financeiras	19.069	13.906
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>19.206</u>	<u>14.031</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 99,48% do CDI, equivalente a 0,52% a.m. (para o período findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m).

CS Brasil Frotas Ltda.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Contas a receber

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Não auditado)
Valores a receber de locação (i)	69.854	19.826
Receita de locação a faturar	24.394	-
Contas a receber de partes relacionadas (nota 12.1)	76	28.912
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(157)	-
Total	<u>94.167</u>	<u>48.738</u>
Ativo circulante	86.405	48.738
Ativo não circulante	7.762	-
Total	<u>94.167</u>	<u>48.738</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa recebeu de suas sócias JSL e CS Brasil, R\$ 42.738 de recebíveis decorrente de transferência via aporte de capital, conforme nota explicativa 14.1 (i).

5.1 Classificação por vencimento (*aging list*) e perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Não auditado)
Títulos a vencer	<u>75.309</u>	<u>40.426</u>
Vencidos em até 30 dias	10.488	8.312
Vencidos de 31 a 90 dias	8.008	-
Vencidos de 91 a 180 dias	67	-
Vencidos de 181 a 365 dias	452	-
Total vencidos	<u>19.015</u>	<u>8.312</u>
(-) Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	(157)	-
Total	<u>94.167</u>	<u>48.738</u>

A movimentação das perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	<u>-</u>
(-) adições	(157)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(157)</u>

As perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 2.3.1.

CS Brasil Frotas Ltda.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período findo em 31 de dezembro de 2017 estão abaixo demonstradas:

	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Em 30 de março de 2017 (não auditado)	-	-
Adições por meio de cisão (nota 1.1)	3.157	3.157
Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	3.157	3.157
Bens transferidos do imobilizado	126.852	126.852
Bens baixados por venda	(54.415)	(54.415)
Em 31 de dezembro de 2018	75.594	75.594
Depreciação acumulada:		
Em 30 de março de 2017 (não auditado)	-	-
Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	-	-
Bens transferidos do imobilizado	(33.916)	(33.916)
Bens baixados por venda	14.201	14.201
Em 31 de dezembro de 2018	(19.715)	(19.715)
Valor líquido:		
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	3.157	3.157
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.879	55.879

7. Outros créditos

Descrição	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Não auditado)
Aporte de capital (i)	27.706	-
Outros créditos	188	165
Total	27.894	165
Ativo circulante	7.073	151
Ativo não circulante	20.821	14
Total	27.894	165

(i) Desse montante, R\$ 20.807 refere-se ao valor a receber decorrente da alienação de investimento da JSL na Quataí Transporte de Passageiros SPE Ltda. ("Quataí"), corrigido por 100% do CDI, com vencimento até 2022, e o restante de R\$ 6.899 refere-se à outros créditos da Quataí, ambos transferidos para a Empresa por meio de aumento de capital (nota explicativa 14.1 (i) (ii)).

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período findo em 31 de dezembro de 2017, estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo:							
Em 30 de março de 2017 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	155	-	-	-	-	-	155
Adições por meio cisão (nota 1.1)	222.534	373	716	101	274	151	224.149
Baixa de ativos e outros	(2.044)	-	-	-	-	-	(2.044)
Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	220.645	373	716	101	274	151	222.260
Adições	236.356	940	-	-	-	-	237.296
Adições por aumento de capital - JSL S.A. (nota 14.1)	11.148	-	-	-	-	-	11.148
Transferência para bens destinados a venda	(126.852)	-	-	-	-	-	(126.852)
Baixa de ativos e outros	(3.109)	-	-	-	-	-	(3.109)
Em 31 de dezembro de 2018	338.188	1.313	716	101	274	151	340.743
Depreciação acumulada:							
Em 30 de março de 2017 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no período	(1.844)	-	-	-	-	-	(1.844)
Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	(1.844)	-	-	-	-	-	(1.844)
Despesa de depreciação no exercício	(54.325)	(72)	(38)	(29)	(35)	(2)	(54.501)
Transferência para bens destinados a venda	33.916	-	-	-	-	-	33.916
Baixa de ativos e outros	1.228	-	-	-	-	-	1.228
Em 31 de dezembro de 2018	(21.025)	(72)	(38)	(29)	(35)	(2)	(21.201)
Valor líquido:							
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	218.801	373	716	101	274	151	220.416
Saldo em 31 de dezembro de 2018	317.163	1.241	678	72	239	149	319.542
Taxa média de depreciação - no exercício / período:							
2017 (não auditado)							
Leves	10,7%	-	-	-	-	-	-
2018							
Leves	12%	-	-	-	-	-	-
Pesados	10%	10,1%	-	-	-	-	-
Outros	-	-	4,0%	20,0%	9,9%	10,3%	-

9. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Fornecedores de veículos	63.932	4.184
Peças e manutenção	3.521	-
Fornecedores – partes relacionadas (nota 12.1)	22.544	39
Serviços contratados	568	-
Outros	77	-
Total	90.642	4.223

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Arrendamentos financeiros a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Saldo final			Movimentação					Saldo inicial		
				Circulante	Não circulante	Total	Adições por meio de cisão	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
No exercício de 2018	9,36%	CDI + 2,93%	mar/2023	25.985	44.854	70.839	-	70.387	(25.180)	(512)	1.515	24.032	597	24.629
No período de 2017 (não auditado)	10,69%	CDI + 2,42%	mai/2019	24.032	597	24.629	27.302	-	(2.935)	-	262	-	-	-

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10.1 Cronograma de amortização

Os cronogramas de amortização da Empresa estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas	31/12/2018	
		Total	%
Total passivo circulante	Até Dez/2019	25.985	37
	2020	25.532	36
	2021	19.322	27
Total passivo não circulante		44.854	63
Total		70.839	100

10.2 Garantias

✓ **Arrendamentos financeiros** – são garantidos pelos respectivos veículos financiados.

11. Provisão para demandas judiciais e administrativas e depósitos judiciais

A Empresa, no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis		(Não auditado)		(Não auditado)
	504	504	(584)	(584)
	504	504	(584)	(584)

11.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais se referem a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

11.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, referentes a processos cíveis.

A Empresa classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Empresa, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos cíveis é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Total
Saldo em 30 de março de 2017 (não auditado)	-
Cisão CS Brasil (nota 1.1)	(584)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	(584)
Liquidação	13
Provisão	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(584)

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

A provisão para demandas cíveis está relacionada a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra as empresas da Empresa, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

11.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

No exercício / período findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não possui processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível.

12. Partes relacionadas

12.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

Ativo	Contas a receber (nota 5)	
	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
JSL S.A.	28	-
Ponto Veículos Ltda.	24	-
Original Veículos Ltda.	24	-
CS Brasil	-	28.912
Total	76	28.912

Passivo	Fornecedores (nota 9)		Partes relacionadas		Juros sobre capital próprio a pagar	
	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
JSL S.A.	761	39	3.091	-	2.348	-
Ponto Veículos Ltda.	2	-	-	-	-	-
CS Brasil	21.781	-	658	2.736	-	-
Total	22.544	39	3.749	2.736	2.348	-

	Relação	Especificação
Ativo		
JSL S.A.	Controladora	Venda de veículos
Ponto Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Venda de veículos
Original Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Venda de veículos
CS Brasil	Partes relacionadas	Contas a receber decorrente de Cisão
	Relação	Especificação
Passivo		
JSL S.A.(ii)	Controladora	Compra de veículos / CSA / Reembolso de despesas / JCP/ Mútuo
/Ponto Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Compra de veículos
CS Brasil (i)	Partes relacionadas	CSA / Reembolso de despesas / Compra de veículos / Locação operacional

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa possuía valor a pagar registrado na rubrica de “fornecedores”, para a parte relacionada CS Brasil no montante de R\$ 21.781, sendo que parte deste montante se refere à compra de veículos e o restante referente a locação operacional.

(ii) O mútuo possui prazo indeterminado e a taxa de juros aplicada é CDI + 1% a.a.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações entre a Empresa e suas partes relacionadas:

	Serviços prestados		Venda de frota		Despesas administrativas		Outras receitas operacionais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)
JSL S.A.	-	-	106	-	(2.450)	(178)	29	-
CS Brasil	-	9.535	2.466	-	(529)	(34)	-	-
Avante Veículos Ltda.	-	-	237	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	2.256	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	-	570	-	-	-	-	-
Total	-	9.535	5.635	-	(2.979)	(212)	29	-

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.3 Transações garantidas pela Empresa para sua Controladora

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada a outorga de garantia fidejussória, pela Empresa, à sua controladora, JSL S.A., no âmbito da 12ª emissão de debentures, por meio da celebração da Escritura de Emissão, cujas principais características são o valor de R\$ 600.000 e incidência de juros remuneratórios correspondentes a 124%.

12.4 Remuneração dos administradores

Conforme nota explicativa 1.1, a constituição da Empresa está substancialmente relacionada à cisão de ativos da parte relacionada CS Brasil ocorrida em 28 de novembro de 2017. Consequentemente, os Administradores da Empresa foram remunerados até 31 de dezembro de 2018 pela CS Brasil, não havendo, portanto, despesa de remuneração com administradores nas demonstrações de resultados.

13. Imposto de renda e contribuição social

13.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro.

As origens estão a seguir apresentadas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Créditos fiscais		(Não auditado)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	208	208
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	53	-
Total créditos fiscais brutos	261	208
Débitos fiscais		
Depreciação econômica vs. taxa fiscal	(7.779)	(9.694)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(4.041)	(5.904)
Total débitos fiscais brutos	(11.820)	(15.598)
Total débitos fiscais, líquidos	(11.559)	(15.390)

A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

Saldo em 30 de março de 2017 (não auditado)	-
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(1.566)
IRPJ/CSLL diferidos cindido da CS Brasil (nota 1.1)	(12.315)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos decorrente de outras movimentações	(1.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	(15.390)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	3.831
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.559)

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.559	5.744
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(10.390)	(1.953)
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	219	12
Incentivos fiscais - PAT	211	-
Juros sobre capital próprio	2.351	-
IRPJ e CSLL apurados	(7.609)	(1.941)
Corrente	(11.440)	(375)
Diferido	3.831	(1.566)
IRPJ e CSLL no resultado	(7.609)	(1.941)
Alíquota efetiva	(24,90%)	(33,80%)

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 314.110 (R\$ 232.518 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 314.110.000 quotas, sem valor nominal (232.518.000 em 31 de dezembro de 2017).

	Valor	Quotas
Saldo em 30 de março de 2017 (não auditado)	-	-
Cisão (nota 1.1)	232.518	232.517.796
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	232.518	232.517.796
Aumento de capital (i)	81.592	81.592.212
Saldo em 31 de dezembro de 2018	314.110	314.110.008

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 as sócias JSL e CS Brasil aprovaram o aumento do capital social da Empresa no montante de R\$ 81.592, mediante a criação de 81.592.212 novas quotas. As novas quotas foram subscritas da seguinte forma: i) R\$ 27.706 pela JSL por meio de transferência de recebíveis advindos da alienação do investimento na Quataí, registrados na rubrica de outros créditos; ii) R\$ 7.762 pela JSL por meio de transferência de contas a receber, registrados na rubrica de contas a receber; iii) R\$ 11.148 pela JSL por meio de transferência de ativos imobilizados, registrados na rubrica de imobilizado; e iv) R\$ 34.976 pela CS Brasil por meio de transferência de contas a receber, registrados na rubrica de contas a receber.

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Para fins das demonstrações das financeiras, a distribuição de lucros e juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio deliberado pelos quotistas são assim demonstrados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Não auditado)
Lucro líquido do exercício / período	22.950	3.803
Distribuição de lucros	(11.200)	-
Juros sobre capital próprio	(6.914)	-
Total destinação do resultado	(18.114)	-

15. Receita líquida de locação e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Empresa está descrito na nota explicativa 2.10. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47, as informações comparativas não foram rerepresentadas para refletir os novos requisitos.

a) Fluxos de receitas

A Empresa gera receita principalmente pela locação e venda de ativos desmobilizados.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Não auditado)
Receita de locação	121.511	8.653
Receita de venda de ativos desmobilizados	37.748	-
Total da receita líquida	159.259	8.653

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício / período:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Não auditado)
Receita bruta	171.811	9.535
Menos:		
Impostos sob vendas	(12.422)	(882)
Devoluções	(130)	-
Receita líquida total	159.259	8.653

CS Brasil Frotas Ltda.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Gastos por natureza

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
		(Não auditado)
Custo / despesas com frota	(8.955)	(442)
Custo de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	(40.214)	-
Pessoal	(7.555)	(126)
Depreciação	(54.501)	(1.844)
Peças, pneus e manutenções	(11.649)	-
Combustíveis e lubrificantes	(870)	-
Prestação de serviços	(2.950)	(54)
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(157)	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(13)	-
Energia elétrica	(125)	-
Alugueis de imóveis (nota 18.1)	(989)	(25)
Aluguel de veículos	(209)	-
Resultado na venda de veículos avariados	154	(142)
Recuperação de PIS e COFINS	6.163	614
Crédito de impostos extemporâneos	13	-
Despesas tributárias	(14)	(4)
Outros custos e despesas operacionais, líquidas	(4.751)	(648)
	<u>(126.622)</u>	<u>(2.671)</u>
Custo de locação	(83.544)	(2.305)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(40.214)	-
Despesas administrativas	(3.148)	(224)
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(157)	-
Outras despesas operacionais	(13)	(142)
Outras receitas operacionais	454	-
	<u>(126.622)</u>	<u>(2.671)</u>

CS Brasil Frotas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		(Não auditado)
Aplicações financeiras	403	24
Receita financeira total	403	24
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(1.515)	(262)
Despesas bancárias	(385)	-
Juros passivos	(201)	-
IOF	(143)	-
Outras despesas financeiras	(237)	-
Despesa financeira total	(2.481)	(262)
Resultado financeiro líquido	(2.078)	(238)

18. Arrendamento operacional

18.1 Empresa como arrendatária

A Empresa possui contratos de arrendamento para suas filiais com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

Em 31 de dezembro de 2018 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R\$ 989 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2017), os pagamentos mínimos futuros são como segue:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
891	743	574	346	267	207	3.028

18.2 Empresa como arrendadora

A Empresa possui contratos de prestação de serviços de locação que são classificados como arrendamento mercantil operacional, com prazos de vencimento até 2027. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
173.346	150.162	121.299	113.104	95.833	98.019

CS Brasil Frotas Ltda.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 30 de março de 2017 (data de constituição) até 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam o caixa por estarem financiados, abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
		(não auditado)
Total das adições do imobilizado no exercício (nota 8)	237.296	155
Adições financiadas por arrendamentos financeiros	<u>(70.387)</u>	-
Saldo das adições liquidadas com fluxos de caixa	166.909	155
Aquisição de ativo imobilizado financiado diretamente com fornecedores	<u>(82.253)</u>	-
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	<u>85.656</u>	<u>155</u>
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional	<u>85.656</u>	<u>155</u>
Total	<u>85.656</u>	<u>155</u>

* * * * *



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
CS Brasil Frotas Ltda.
Mogi das Cruzes - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8